

Nota Curricular

1 — Elementos de identificação:

Nome: Luís Fernando Borges Freitas
 Data de nascimento: 7.10.1962
 Estado civil: casado

2 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito (obtida em 1992, na Universidade Lusíada, com a média de 14 valores)

3 — Atividade profissional:

a) No setor privado: Revisor de imprensa (1979-1987)
 b) Na Administração Pública:

1 — Oficial de justiça (1987-1993)
 2 — Técnico superior jurista (1993-1994)
 3 — Dirigente (1994-2010)

2007 — Nomeado Diretor de Serviços de Administração Judicial da Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

2001 — Nomeado Diretor de Serviços Jurídicos e de Cooperação Judiciária Internacional da DGAJ.

1997 — Nomeado Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio Técnico-Jurídico da Direção-Geral dos Serviços Judiciários.

1996 — Nomeado Chefe da Divisão de Gestão Patrimonial e Financeira da Direção-Geral dos Serviços Judiciários, ficando a coordenar o Gabinete de Apoio Técnico-Jurídico.

1994 — Nomeado coordenador do Gabinete de Apoio Técnico-Jurídico da Direção-Geral dos Serviços Judiciários.

c) Na magistratura: desde 2010, sendo atualmente juiz de direito no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

d) Funções docentes:

1 — Universidade Lusíada — assistente nas cadeiras de Finanças Públicas (1992-1997) e de Introdução ao Estudo do Direito (1993-2001).

2 — Universidade Moderna — assistente na cadeira de Direito das Sucessões (1992-1995).

3 — Centro de Formação Permanente de Oficiais de Justiça (Regime Jurídico dos Funcionários de Justiça) (1994-2003).

4 — Publicações:

Trabalho de menores, Renovar, 1995
A gestão administrativa dos tribunais, Renovar, 1995
Regime jurídico dos funcionários de justiça, CFOJ, 1997
A Administração Pública e os Tribunais, CFOJ, 2001
A Convenção da Haia sobre Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil e Comercial, CFOJ, 2003
Citações e notificações no âmbito da União Europeia, CFOJ, 2003
A Convenção da Haia relativa à Citação e à Notificação de Atos Judiciais e Extrajudiciais em Matérias Civil e Comercial, CFOJ, 2003

5 — Participação em diversos processos legislativos:

Decreto-lei de implementação das comarcas piloto;
 Regulamento da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto);
 Programa Intercalar de Reorganização Judiciária 2006;
 Portaria de alteração aos quadros de pessoal das secretarias dos tribunais e dos serviços do Ministério Público;
 Regulamento do Procedimento de Admissão para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Oficial de Justiça;
 Regulamento do Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Oficial de Justiça;
 Lei Orgânica da DGAJ;
 Portaria definidora da estrutura nuclear da DGAJ;
 Anteprojeto de decreto-lei regularizador da situação dos eventuais ao nível do suplemento remuneratório previsto no Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro;
 Portaria dos quadros de pessoal das secretarias-gerais de execução;
 Portaria de alteração aos quadros de pessoal das secretarias-gerais de injunção;
 Anteprojeto de decreto-lei que regulamenta os ficheiros de dados de gestão processual automatizada dos Tribunais e serviços do Ministério Público e o ficheiro da DGAJ;
 Portaria de alteração aos quadros de pessoal dos tribunais administrativos e fiscais;
 Portaria de instalação dos juízos de execução de Lisboa e Porto;
 Portaria de alteração à Portaria n.º 642/2004, de 16 de julho, relativa à prática de atos processuais por correio eletrónico;

Portaria de integração dos serviços de investigação criminal da Polícia Judiciária Militar no sistema do número único identificador de processo-crime (NUIPC);

Proposta de lei referente ao período de realização do Euro 2004;
 Estatuto dos Funcionários de Justiça;
 Regime de Recrutamento e Seleção de Peritos Avaliadores;
 Regulamento da Prova de Acesso nas Carreiras de Pessoal Oficial de Justiça.

6 — Diversos:

Participação no Curso de Direito das Instituições Judiciais, inserido no âmbito do XXIII Curso Normal de Formação para Magistrados, no qual apresentou uma comunicação subordinada ao tema Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e Regulamento;

Participação no grupo de trabalho que elaborou a proposta de revisão do mapa judiciário nacional;

Participação no grupo de trabalho que elaborou a proposta de revisão do mapa judiciário (circunscrições experimentais) e do novo modelo de gestão dos tribunais;

Orador na Reunião Anual de 2002 da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial relativa à aplicação do Regulamento (CE) n.º 1348/2000 do Conselho, de 29.5.2000, relativo à citação e à notificação dos atos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estado-Membros;

Responsável, no âmbito do Ministério da Justiça, pela coordenação dos aspetos organizativos do Euro 2004;

Responsável pelo processo de integração do pessoal em situação jurídica irregular decorrente do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de junho;

Membro da Comissão de Eleições para o Conselho dos Oficiais de Justiça em diversos processos eleitorais;

Responsável pela tramitação de diversos processos eleitorais do Conselho dos Oficiais de Justiça;

Membro efetivo de diversos júris de procedimentos concursais.

209325817

Polícia Judiciária**Aviso n.º 1799/2016**

Para cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se pública a lista nominativa dos trabalhadores do mapa de pessoal da Polícia Judiciária que cessaram funções no período compreendido entre 1 e 31 de janeiro de 2016:

Por motivo de aposentação:

Maria Adélia dos Santos Vasconcelos Amorim, Chefe de Setor, em 01-01-2016;

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

2 de fevereiro de 2016. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*, chefe de área.

209325233

Despacho (extrato) n.º 2303/2016

Por despacho de 21.01.2016 da Ministra da Justiça:

Fernando Alexandre Moreira Barbarroxa, Inspetor de escalão 4 do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, na situação de licença sem remuneração para o exercício de funções em organismo internacional — autorizado o regresso ao serviço, com efeitos a 01 de janeiro de 2016.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

01 de fevereiro de 2016. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*, chefe de área.

209323954

**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
E EDUCAÇÃO****Secretaria-Geral da Educação e Ciência****Despacho n.º 2304/2016**

Considerando que por meu Despacho n.º 10753/2012, de 25 de julho, publicado no *Diário da República* n.º 153, 2.ª série, de 8 de agosto, procedi à criação da Unidade de Valorização do Teatro Thália integrado no Palácio das Laranjeiras, unidade de projeto temporária com o objetivo

específico de cumprimento do desígnio de preservação do património arquitetónico e cultural nacional subjacente à recuperação daquele Teatro e às atribuições que nesse domínio pertencem à Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência;

Considerando que foram largamente cumpridos os objetivos inicialmente propostos no âmbito da preservação e da valorização do património cultural e do património histórico da educação e ciência, e que importa evidenciar;

Considerando que neste contexto se revela agora necessário desenvolver a atividade do Teatro Thalia direcionando-a, nomeadamente para o domínio estratégico da dinamização e incremento dos vários tipos de ações e iniciativas para fins educativos, científicos, tecnológicos e culturais que aquela infraestrutura pode albergar, sendo para tal indispensável criar as condições adequadas com vista ao cumprimento deste novo desiderato;

Considerando que para o efeito se afigura necessário revogar o despacho acima identificado, determino:

1 — A revogação do meu Despacho n.º 10753/2012, de 25 de julho, publicado no *Diário da República* n.º 153, 2.ª série, de 8 de agosto.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de dezembro de 2015.

1 de fevereiro de 2016. — O Secretário-Geral da Educação e Ciência, *Raul Capaz Coelho*.

209325371

EDUCAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2305/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnica Especialista no meu Gabinete a licenciada Rita Cláudia Oliveira Roque, com efeitos a 7 de dezembro de 2015.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do já referido decreto-lei, a designada desempenhará funções na área da comunicação social.

3 — A ora designada auferirá o estatuto remuneratório equiparado ao de adjunto, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do decreto-lei supracitado.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º, também do mencionado decreto-lei, a nota curricular da ora designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

26 de janeiro de 2016. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*.

Nota Curricular

Nome: Rita Cláudia Oliveira Roque
Data de Nascimento: 18 de novembro de 1981.
Formação académica:

Licenciada em Comunicação Social, pela Universidade do Minho — 1999/2004.

Grau de mestre em Informação e Jornalismo, pela Universidade do Minho, ano letivo de 2009/2010.

Experiência profissional:

Jornalista (reportagem e edição de noticiários) e Produtora na rádio Antena 1, do grupo RTP — Rádio e Televisão de Portugal — onde fez também algumas reportagens e diretos para televisão. Autora de várias “grandes reportagens” de rádio; repórter em todas as campanhas eleitorais de 2005 a 2014; produziu boa parte das emissões especiais da rádio pública entre 2012 e 2015.

Na comunicação social começou cedo, aos 16 anos, com a colaboração no jornal local “O Povo de Fafe”. Dois anos depois, e até ao final da licenciatura, foi colaboradora na empresa do “Jornal Correio de Fafe”, proprietária do jornal com o mesmo nome, no qual era redatora, e da RCF — Rádio Club de Fafe, onde fez edição de notícias e assinou vários programas de autor.

Outras experiências relevantes:

Foi dirigente associativa, na Associação Académica da Universidade do Minho. Foi autora do programa semanal, “Frequência Académica”, sobre assuntos académicos, na RUM — Rádio Universitária do Minho. Foi diretora da revista de assuntos académicos “Gata”.

209327048

Despacho n.º 2306/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Adjunto no meu Gabinete o Natanael José Carvalho da Vinha, com efeitos a 7 de dezembro de 2015.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular do ora designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

26 de janeiro de 2016. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*.

Nota Curricular

Natanael José Carvalho da Vinha, 42 anos.
Formação académica:

Finalista da Licenciatura em Relações Internacionais da Universidade de Évora;

Frequência da Licenciatura em Direito da Universidade Moderna de Setúbal;

Frequência do Bacharelato em Engenharia Eletrónica e de Computadores da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do IPS — Instituto Politécnico de Setúbal;

Frequência da Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Experiência profissional:

Secretário do Presidente da Câmara Municipal de Évora (05/2013-10/2013)

Secretário do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Évora (11/2007-04/2013);

Membro do Conselho Geral na Escola Secundária André Gouveia de Évora, em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Évora (2011/2012);

Secretário Executivo do FAIRE — Fórum Académico para a Informação e Representação Externa (03/2006-10/2007);

Responsável Técnico do GAIME — Gabinete de Apoio à Internacionalização e Mobilidade

Estudantil da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do Instituto Politécnico de Setúbal (01/2003-12/2005);

Técnico da Administração Tributária Adjunto Estagiário no Ministério das Finanças (12/200006/2002.);

Assistente Administrativo no Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (06/200011/2000).

Outras experiências relevantes:

Membro do National Team of Bologna Experts (03/2007-06/2009);

Membro do Comité especializado da ESU no Processo de Bolonha (05/2005 a 12/2005);

Fundador da MedNet — The Mediterranean Network of Student Representatives (2003);

Presidente da Comissão Executiva do FAIRE (04/2002-12/2005);

Membro do Conselho Nacional de Juventude em representação Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (10/200010/2003);

Membro do Conselho Nacional de Ação Social do Ensino Superior (10/1999-10/2003);

Presidente da Direção da Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (06/1999-12/2002);

Presidente da Direção da Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (01/1999-12/1999);

Membro do Conselho Diretivo da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (05/1998-05/2003).

209326838

Despacho n.º 2307/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnico Especialista no meu Gabinete o licenciado Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão, com efeitos a 14 de dezembro de 2015.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do já referido decreto-lei, o designado desempenhará funções de assessoria jurídica.

3 — O ora designado auferirá o estatuto remuneratório equiparado ao de adjunto, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do decreto-lei supracitado.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º, também do mencionado decreto-lei, a nota curricular do ora designado é publicada em anexo ao presente despacho.